



**Perspectivas das contribuições de Educação em Saúde Sexual e
Reprodutiva protagonizada pela Juventude brasileira no contexto
do Isolamento Social**

Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade
(EPPIJD/CEAM/UnB)

Aluna: Andreia Lohane Resende Simplicio
Orientadora: Valdenizia Bento Peixoto
Banca: Marjorie Chaves

Perspectivas das contribuições de Educação em Saúde Sexual e Reprodutiva protagonizada pela Juventude no contexto do Isolamento Social

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende expor não só as contradições impostas pela concepção das Políticas Públicas voltadas para a Juventude, mas também elucidar o caráter de diversidade dos jovens que compõem este segmento populacional e que protagonizam processos de transformação social no contexto de isolamento social em virtude da Pandemia de covid-19. Além disso, apontar os avanços sociais proporcionados pelas demandas dos movimentos e coletivos de juventudes estabelecidos em território nacional. Pretende-se também analisar de forma crítica e objetiva como se constrói, implementa e avalia as políticas sociais deste segmento populacional. Dando ênfase na investigação que se propõe a entender “*em que medida o protagonismo da juventude brasileira tem possibilitado a promoção e prevenção dos direitos sexuais e reprodutivos durante o isolamento social*”.

Apresenta-se o cenário sociopolítico, o retrocesso econômico e o avanço do conservadorismo, sendo agravos pelo contexto pandêmico, em contraponto busca-se revelar o espaço de protagonismo da juventude brasileira presentes nos movimentos sociais em que possuem papel fundamental no enfrentamento de novos desafios sociais e políticos.

A pandemia covid-19 complexifica a questão social quando aprofunda as desigualdades sociais, sua expansão devastadora nas favelas, periferias e interiores acaba por vulnerabilizar e fragilizar em maior escala essas populações que já conviviam com as disparidades sociais. Esta perversão da conjuntura político-social, muitas vezes localizada pela ausência de proteção estatal escancara as desigualdades econômicas e sociais, no contexto de naturalização da vulnerabilidade e silenciados pela sociedade, instituições e o Estado, práticas que podem ser definidas também como necropolíticas.¹

A pesquisa *Ativismo e Pandemia no Brasil (2022)* realizada pelo Fundo Social Elas+ mostrou que durante a pandemia os grupos mais atingidos pelo contexto social se relacionam com os segmentos liderados por mulheres negras, indígenas e LBT's.

O Governo Federal demorou para desenvolver e para implementar políticas públicas de enfrentamento à pandemia e às suas consequências. As ativistas tiveram que desenvolver e implementar suas próprias medidas de mitigação da crise para garantir

¹ O livro “Necropolítica - biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte” apresenta a Necropolítica como uma categoria conceitual e metodológica, que define as relações de biopoder através da perspectiva de Foucault, considerando a raça como um dispositivo de biopoder que resulta em uma política da morte legitimada pelo Estado e a sociedade civil.

sua própria sobrevivência e para dar suporte às suas comunidades e a seus territórios. Foram acionados ou convocados a agir, especialmente grupos e organizações com liderança negra, LGBTI e indígena (Fundo Elas+, 2022, p.34).

Quando se trata de juventude faz-se necessário discutir indicadores relevantes que tratam da situação socioeconômica, muitas vezes estes estão relacionados e restritos às taxas de empregabilidade, evasão escolar e correlacionadas às violências e vulnerabilidades, como o uso abusivo de álcool e outras drogas e homicídios - indicadores que não subsidiam uma análise completa do perfil das juventudes brasileiras e focam em situações de risco.

De acordo com o Estatuto da Juventude, as juventudes brasileiras dos 15 aos 29 anos, representam 28% da população e são equivalentes a 50,8 milhões de pessoas. Os dados do IBGE revelam que 1 a cada 4 pessoas no Brasil está dentro a faixa etária de juventudes e por isso, conferem um montante quantitativo alto da população brasileira (IBGE, Diretoria de Pesquisa).

É fundamental considerar que a constituição deste segmento populacional deve considerar características biológicas, sociais e históricas que tendem a se manifestar individualmente e coletivamente. Assim as subjetividades e pluralidades dos movimentos sociais no campo do direcionado aos jovens deve atuar a partir de metodologias inovadoras e criativas, como forma de promover a educação e o entusiasmo, trazendo o aspecto de linguagem adequada e a positivação que constrói o imaginário do que é “ser jovem”. A fim de posicionar e reconhecer os jovens como agentes de transformação social de suma importância para as modificações culturais, sociais e históricas.

A leitura homogênea e equivocada deste segmento populacional possui impacto nas práticas políticas, institucionais e nas relações sociais. E por isso, a essa pesquisa também compete a observação dos aspectos que tratam de inovação, tecnologia e criatividade, considerando as juventudes como propulsores de transformações de cunho geracional irrefutáveis e sobretudo, na busca de valorizar o caráter heterogêneo e as especificidades que carregam a diversidade. Além de tratar dos avanços e arranjos tecnológicos necessários para o enfrentamento dos desafios que trouxeram o isolamento social.

Metodologia

O método quali-quantitativo foi adotado como estratégia de compreensão da realidade social. De acordo com Minayo (1994), o contato com as narrativas pretende, de forma dialética

e interpretativa, tornar a singularidade do indivíduo uma parte na qual a subjetividade expressa a manifestação coletiva do viver total.

Assim, dá-se ênfase a abordagem qualitativa pois entende-se que esta “é um fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa” (SILVA, M.H.G.F. D. ALVES, Z.M.M.B. 1992, p.61).

A partir da minha inserção nos movimentos de juventude brasileira, ou seja, por meio dessa experiência, pude conduzir a pesquisa, a aplicação de questionários online e este fator é considerado como um facilitador. O movimento no qual estive inserida representa internacionalmente a juventude negra, denomina-se União da Juventude Afrodescendente da América Latina e Caribe (UJAFRO/LACRO/UNFPA), é a partir desta inserção e representatividade que as redes e coletivos foram acionadas, pensando na metodologia da “bola de neve”- que permite o acesso a determinados grupos sociais através da internet.

O investimento online tem sido estratégico para o contexto da crise sanitária e se demonstra uma adaptação necessária para a subsistência dos movimentos sociais e coletivos. “No Brasil, as organizações atingidas pela pandemia investiram em qualificação, em equipamentos, em estrutura, viabilizaram conexões e fizeram a transição de seus negócios para o ambiente online” (FUNDO ELAS+, 2022).

O questionário foi respondido por 29 jovens, com idades entre 18 e 29 anos, o perfil selecionado compete à uma juventude que já desenvolve ações nacionais e estão incluídas em redes de juventude diversas. Além de que são consideradas como protagonistas jovens em seus territórios, por si mesmas e sua comunidade.

A coleta e análise de dados foi realizada pela pesquisadora por meio de um formulário google que foi disponibilizado entre os dias 25 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 2022. As perguntas pretendem responder aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, contendo dados quantitativos sobre o perfil de gênero, raça, orientação sexual e região brasileira, bem como, perguntas qualitativas que buscam “*investigar de que forma as ações protagonizadas pela juventude contribuem com a promoção e prevenção da saúde sexual e reprodutiva no contexto do isolamento social.*”

Além de apresentar as ações de juventude que visem a promoção e prevenção da saúde sexual e reprodutiva e analisar o protagonismo dos movimentos sociais na construção da visibilidade aos direitos sexuais e reprodutivos. A metodologia adotada contou com a

percepção das complexidades da pandemia e investiu no diálogo entre as redes para a evacuação do formulário, o que resultou em 29 respostas, um valor considerável.

Saúde Sexual e Reprodutiva

No que diz respeito à concepção democrática sobre os direitos sexuais e reprodutivos faz-se fundamental mencionar os avanços protagonizados pelos processos de articulação e mobilização social. Esses que correspondem a uma instância de organização político-social e que consolida o enfrentamento da questão social como uma prática de governo.

Se partirmos do princípio que o conceito questão social sempre expressou a relação dialética entre estrutura e ação, na qual sujeitos estrategicamente situados assumiram papéis políticos fundamentais na transformação de necessidades sociais em questões - com vistas a incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias.” (PEREIRA, 2001, p.51)

Este enfrentamento pode ocorrer também através das mediações e competências da concepção dos direitos humanos no âmbito internacional, inferindo diretamente nas complexidades e contradições que as políticas sociais e as peculiaridades que a realidade social brasileira apresenta no processo de construção histórico-social. Assim, os países da América Latina e Caribe, principalmente, se tornam palco de avanços potentes no contexto de acesso, qualidade e produção de conhecimento referente à temática de Saúde Sexual e Reprodutiva (ONU, 1994). E por outro lado, os movimentos sociais fortalecem essa disputa política e social dentro dos territórios nacionais, ocasionando tensões e disputando poder no que compete à promoção e a garantia dos direitos humanos.

Quando se trata de Saúde Sexual e Reprodutiva (SS E SR) o movimento feminista, LGBTQIA+ e também o feminismo negro, tem papel fundamental na concepção e avanços das políticas públicas voltadas para essa temática, sobretudo, por protagonizarem a insurgência do debate, sua qualificação e executarem as práticas e ações que são estabelecidas por essas concessões estatais (ONU, 1994).

Já nos anos 80, os movimentos de mulheres no Brasil reivindicavam um programa de saúde da mulher que contemplasse suas necessidades de saúde de forma integral e não restrito exclusivamente às dimensões de concepção e contracepção. O PAISM, Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, lançado em 1983, propunha-se a atender às necessidades de saúde das mulheres durante seu ciclo vital, dando atenção a todos os aspectos da saúde sexual e reprodutiva (ONU, 1994).

As metas de consolidação desses direitos são estabelecidas por acordos internacionais, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), das quais se seguem diversas Convenções Internacionais para estabelecer estatutos e acordos de cooperação mútua, além de também buscar fortalecer os mecanismos de controle e participação social dos territórios. Outro

marco histórico fundamental está na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) da ONU (1994), realizada na cidade de Cairo, e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) realizada na cidade de Pequim, estes marcos definem os direitos sexuais como Direitos Humanos e integram-os primordialmente ao direito à Saúde (Relatório CIPD, 1994).

Dessa forma, entende-se que “Os direitos sexuais e reprodutivos são parte integrante dos direitos humanos e, basicamente, abrangem o exercício da vivência da sexualidade sem constrangimento, da maternidade voluntária e da contracepção auto decidida.” (LEMOS A., 2014, p.245)

O reconhecimento deste direito como um processo histórico estabelecido pela disputas de diversos setores sociais, significa que portanto, independente da raça/cor e etnia, classe social, identidade de gênero, orientação sexual e faixa geracional, todos os seres humanos devem ter acesso equânime aos direitos sexuais e reprodutivos. (Relatório CIPD, 1994).

De acordo com o Relatório CIPD (1994) a definição de Saúde Reprodutiva se coloca como:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio. De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui também a saúde sexual cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis (ONU, p.62, 1994)

Como citado anteriormente, o movimento de mulheres brasileiras precisa ser considerado como propulsor das ações de saúde sexual e reprodutiva no contexto do nosso país, sendo estas as maiores representantes da população brasileira e também, as maiores vítimas de violações de direitos no campo da saúde. Tal como, reconhecer a dinâmica que se desenvolve na complexidade das lutas travadas pelas mulheres, ao considerar as barreiras de acesso e qualidade aos espaços educacionais, institucionais e profissionais, caracterizada pela desigualdade de gênero, que pode vir aglutinada com a de classe, orientação sexual e raça.

Além de outras instâncias de relação de poder que não são estabelecidas pelo sistema binário². As mulheres trans e travestis enfrentam barreiras ainda maiores de acesso, estabelecidas pela discriminação de origem transfóbica e travestifóbica, uma cultura social e política brasileira que ainda necessita de muito enfrentamento.

A Articulação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA aponta que 175 pessoas trans foram assassinadas no Brasil ao longo de 2020, houve aumento de 40% quando comparado ao ano anterior. Em 2020, uma transexual ou travesti brasileira foi assassinada a cada 2 dias. Além disso, a letalidade da pandemia foi aumentando ao longo de 2020, chegando ao ápice em 2021. Com menos acesso aos serviços públicos de assistência social e de saúde, e em situações de precarização do trabalho e marginalização social, a população LGBTI foi um alvo fácil para a crise ocasionada pela pandemia (Ativismo e Pandemia no Brasil, 2022, p.34)

Os integrantes da comunidade LGBTQIA+³ resistem cotidianamente às violências e é propulsora de ações que visam a promoção da saúde sexual e reprodutiva. Precisa ser considerada como protagonista e transgredir o debate que restringe-se às ações relacionadas à promoção da vida das pessoas que vivem com HIV e Aids, pois, esta percepção é insuficiente para acolher a atuação deste segmento populacional. A trajetória e a narrativa deste segmento deve ser considerada como importante para o debate pois sua análise é fundamental para compreender as complexidades da violência estrutural racista, machista e patriarcal a qual estamos submetidos. E também reconhecer as práticas de insurgência, protagonismo e potência de populações que são vulnerabilizadas ao longo da história brasileira e seguem na linha de frente pela busca da promoção da equidade.

Já o conceito de direitos sexuais, que tem uma história ainda mais contemporânea, origina-se nos movimentos gays e lésbicos interessados na anulação da estigmatização das chamadas sexualidades alternativas, e abrange fundamentalmente o exercício da vivência da sexualidade, da livre escolha de parceiros e práticas sexuais sem constrangimento ou discriminação. (LEMOS, 2014, p.245)

A dinâmica paradoxal na qual se insere as populações vulnerabilizadas, deve considerar que, a partir de 1980 a análise das políticas sociais se colocam numa estranha contradição entre o avanço dos direitos humanos e o avanço também da política neoliberal de redução das responsabilidades estatais, esse movimento causa uma dicotomia de desenvolvimento social (FALEIROS, p.76). O papel dos movimentos sociais se coloca, portanto, como agente protagonista na disputa pela democratização e garantia de acesso e qualidade aos direitos humanos, no qual tem papel fundamental nas conquistas destes na esfera pública.

² De acordo com Bento (2008), o sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas do sujeito estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais (p. 17).

³ Sigla que representa o movimento político e social de inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero.

Quanto a isso, menciona-se o PAISM, no ano de 1983, como resposta governamental às demandas dos movimentos sociais, cria-se um Programa Social lançado pelo Ministério da Saúde. Este Programa vem a prestar subsídios epidemiológicos e a estabelecer diretrizes para a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) elaborada no ano de 2004.

A instrumentalização da saúde sexual e reprodutiva como uma política pública é um marco histórico resultante dos enfrentamentos políticos no campo internacional e nacional. Faleiros (2010) traz que as políticas públicas são formas de relação do Estado com a sociedade, podem ser resultantes deste processo ações, políticas e programas públicos ou estatais. No entanto considera que:

a política pública deve ser vista, ao mesmo tempo, numa perspectiva estrutural e conjuntural em que seu processo e seu resultado estejam articulados por determinantes complexos que interatuam nas relações condicionadas pelo capital e pelas disputas de poder, assim como pela política e força dominante no Estado (FALEIROS, p.77).

As políticas de saúde sexual e reprodutiva quando analisadas de forma crítico-histórico-cultural, por vezes podem ser vistas através da complexidade da estrutura social desigual de gênero. Considerando que seu caráter restritivo privilegia ações voltadas para óticas de controle econômico e demográfico (FALEIROS, 2013). Como as políticas de planejamento familiar e controle de natalidade, que são as primeiras ações a serem determinadas como foco e prioridade da ação governamental, a se definir a importância da implementação das políticas, sobretudo pela disponibilidade de orçamento público.

A literatura feminista, principalmente autoras negras, como Sueli Carneiro, apontam incômodos gerais na concepção de formulação, implementação e execução destas políticas pois afirmam que os comportamentos desiguais de gênero estão intrínsecos às concepções das políticas voltadas para a saúde da mulher e são tratados como um fator de enfoque econômico-demográfico, fortalecendo as medidas de controle estatal sob os corpos, principalmente no que diz respeito a toma de decisão das mulheres e seus direitos em saúde. Faleiros (2013) enfatiza que as políticas para as mulheres são pensadas com bases nos moldes sexistas, pois reforçam a ideia de cuidadoras e naturalizam a sobrecarga e as jornadas duplas, triplas e/ou quádruplas de trabalho.

Muitos ainda são os desafios para a implementação de uma concepção de SS e SR que condizem com as verdadeiras necessidades das populações, principalmente as mais vulneráveis que aglutinam as violências sistêmicas e a situação de vulnerabilidade social. É necessário tratar a SS e SR como um direito fundamental, garantindo que as escolhas, decisões, relações

e resultados tenham a influência de um pensamento crítico. A fim de garantir a autonomia, emancipação e também a integração desses sujeitos a um projeto de transformação social digno das suas necessidades concretas e emocionais. Projeto este que visa a liberdade e uma consciência social e política perpassada pela informação e conhecimento e que garanta tomadas de decisões sexuais e reprodutivas conscientes, preventivas e seguras, norteadas pela Atenção Primária à Saúde (APS) e as Políticas estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a rede de Proteção Social, visto que os direitos em saúde devem se construir na perspectiva da integralidade.

Juventude, Participação Social, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva

A perspectiva da juventude precisa ser compreendida a partir de sua análise histórica pois a mesma deve ser apontada enquanto uma categoria social complexa. Para isso, vamos partir de perspectivas diversas na literatura, que discutem as questões de juventude, e que possuem de forma comum a necessidade de centralizar narrativas jovens como pressuposto para a formulação de políticas públicas.

Segundo Marilza (2016) a definição de juventude chega a uma indefinição pois oscila entre a concepção etária como central definidora e por outro lado, possui critérios socioculturais relativistas. Considerando também a autora que o comportamento juvenil altera-se a depender das suas variações de classe, etnia, gênero, contexto histórico e outros determinantes sociais.

Sabe-se que a juventude no Brasil e o processo de concepção crítica do que significa ser jovem perpassa por uma série de construções sociais, que atrelam este segmento populacional à um imaginário social atravessado por muita discriminação, e que a escala de discriminação pode variar a depender da interseccionalidade⁴ que compõe as identidades dos sujeitos. Afirma-se portanto que a relação da juventude com o Estado tem por moldes uma dicotômica relação de existência que se escreve sob a ótica da criminalização e punição.

A juventude inscreveu-se como questão social no mundo contemporâneo a partir de duas abordagens principais. De um lado pela via dos “problemas” comumente associados aos jovens - como a delinquência, o comportamento de risco e a drogadição, entre outros -, que demandariam medidas de enfrentamento por parte da sociedade (AQUINO, 2009, p.25).

⁴ A Interseccionalidade é uma categoria explorada por Carla Akotirene, da qual a autora define como uma ferramenta metodológica e analítica capaz de apreender as instâncias de desigualdade que perpassam as trajetórias, definidas pelo acúmulo e/ou aglutinação de condições sociais, como o acúmulo do racismo, patriarcado e questões de classe.

Entende-se que a juventude vista como questão social também a insere na dinâmica de responsabilização do Estado. Entretanto, as respostas às demandas sociais tendem a serem aplicadas através de práticas neoliberais e higienistas, que operam o histórico de construção das políticas sociais no Brasil especialmente, no que diz respeito ao período de isolamento social e o acentuamento das vulnerabilidades e os conflitos da conjuntura social.

As relações sociais se mantêm permeadas pela lógica do trabalho, enquanto um comportamento central para a reprodução do sistema capitalista, esta lógica também é motivada na perspectiva das políticas voltadas à juventude. As políticas de juventude são permeadas por aspectos de adultocentrismo, hierarquia e relação de poder, das quais não consideram a juventude protagonistas nem das demandas e nem das respostas à questão social, sobretudo no que diz respeito à diversidade de populações que compõem o segmento da juventude brasileira.

Faz-se necessário mencionar que a questão da diversidade das juventudes é vista socialmente como um desafio e em sua maioria resulta do constrangimento que gera o desconhecimento da pauta, e também da falta de domínio de estratégias pedagógicas para tal. Dito isto, é que se afirma que ao empregar a palavra *juventudes* no plural constrói-se uma identidade geracional que subsiste uma pluralidade de situações, que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens (AQUINO, 2009, p.31,).

Entretanto, o discurso que carrega as juventudes afirma que a diversidade é oferecida como solução, ao propor um movimento de transversalizar questões sociais, raciais, de gênero e orientação sexual e considerá-las enquanto determinantes sociais nas tomadas de decisão. Considerar portanto as condições sociais que extrapolam o debate político e se colocam concretamente no cotidiano, e que geram processos vistos como determinante nas práticas e vivências relacionadas à violência, principalmente no que diz respeito aos âmbitos institucionais.

A constante dialética entre o Estado e a sociedade inclui conflitos sociais que devem ser devidamente vistos através da sua contraditória interlocução. Desse modo, “pode-se observar uma tendência em decifrar as demandas dos jovens pelo viés dos direitos e da cidadania” (RIBEIRO; MACEDO; 2018, p.122,). A mobilização pelos direitos sociais e o protagonismo desse segmento possibilitou, portanto, o avanço de pautas públicas e demonstra resultados concretos no âmbito das legislações.

Pesquisas e avaliações sobre o tema têm apontado que nenhuma política de juventude acontece sozinha ou isoladamente. Ela será potencializada se trabalharmos com o jovem na perspectiva de um sujeito integral, demandante de distintos desejos e necessidades. Ou seja, implementar a transversalidade de políticas é entender quem são os sujeitos que as demandam e suas trajetórias de vida multidimensionais” (RIBEIRO;MACEDO; 2018, p.123).

Entende-se portanto que “a percepção de que as questões da juventude estão intimamente conectadas e são intrinsecamente interdisciplinares” (RIBEIRO;MACEDO, 2018 p.122) e isto impacta na construção e implementação das políticas pois reafirma a necessidade de transversalizar as demandas dos jovens através da perspectiva da promoção de políticas intersectoriais. Os autores também afirmam que a constituição do processo de institucionalização das políticas perpassa pelo processo de mobilização social como pressuposto da articulação intragovernamental e internacional (RIBEIRO;MACEDO; 2018).

Assim, "quando um conjunto de demandas sociais e políticas, trazidas por segmentos populacionais que conquistam visibilidade na esfera pública, passa a organizar suas demandas ao poder público, que deve traduzi-las em ações governamentais” (RIBEIRO;MACEDO; 2018, p.123).

Contudo, a implantação de políticas não se faz apenas por decretos. É preciso conquistar espaços no interior dos diferentes ministérios, nas esferas estaduais e municipais e em amplos setores da sociedade que não reconhecem os jovens como potencial sujeito de direitos. É fundamental que se explicita o reconhecimento que se faz da juventude, pois ele vai impactar diretamente nas iniciativas públicas que se pretende desenvolver.” (RIBEIRO;MACEDO;2018, p.123)

Dentre muitos avanços do reconhecimento político das juventudes enquanto protagonistas estão presentes os Conselhos representativos e consultivos das Crianças e Adolescentes, os Fóruns de Juventude, Observatórios, Coletivos, mobilizações internacionais e outros espaços que destacam a importância da promoção da participação social das juventudes.

Apesar dos avanços, muitos ainda são os desafios, relacionados ao reconhecimento desses jovens como sujeitos que podem expor a sua própria narrativa de forma crítica, responsável, criativa e inovadora. Um dos desafios centrais para o avanço das políticas tem sido no âmbito da gestão, em garantir que as “três esferas de gestão —federal, estadual e municipal— se empenhem em atuar nos programas e ações, sem se deixar levar por interesses conjunturais” (RIBEIRO;MACEDO; 2018, p. 124). Reconhece-se portanto as limitações da gestão pública para estabelecer o diálogo com a realidade social, que necessita abordar a identidade jovem como central, sendo também desafiador repensar novas perspectivas de relações sociais que enfrentam a lógica hegemônica e centralista.

Os desafios são muitos e caminham em diversos aspectos, sejam estes: na esfera da gestão governamental, o olhar da própria sociedade civil, o enfrentamento do adultocentrismo que deslegitima sentimentos e ações de outros segmentos geracionais, sobretudo os relacionados à infância, adolescência e também à juventude. Além de enfrentamentos que se

capilarizam a partir da inserção de jovens em grupos vulneráveis e o aprofundamento da interseccionalidade.

Em contraponto ao discurso predominante, e em vista das desigualdades postas estruturalmente, tem-se na participação social da juventude um investimento que possui papel fundamental na complacência das ações, programas e políticas públicas. É apenas a partir da integração da realidade social dos sujeitos e a articulação das instâncias de controle social que podemos contribuir com alternativas, estratégias e oportunidades que contemplem a concepção de autonomia social estabelecidos pelos acordos internacionais.

Em decorrência dos estigmas sociais que perpassam pela lógica da juventude no Brasil e como estes processos de exclusão e inclusão social se colocam, é que se considera fundamental revisitar a ascensão do capitalismo e os enraizamentos coloniais determinados pela estrutura cishetero patriarcal, racista e classista na concepção de humanização dos corpos. O papel da população jovem no Brasil definiu-se historicamente pelas práticas de contenção social, visando o controle das lógicas consideradas como perturbadoras da ordem social e dos valores morais e éticos da hegemonia burguesa (AQUINO, 2009).

Quanto a estes estigmas e crenças sociais afirmamos que as contradições se demonstram presentes, o Estado age através da manutenção e retroalimentação dos sistemas de desigualdades pois desta forma, estabelece o controle dos corpos na mesma medida em que diz pretender proteger. Por isso, afirma-se que a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 se tornou um instrumento de controle e promoção dos direitos humanos que possibilitou os tensionamentos de defesa de direitos através dos tratados internacionais.

Bem como o desenvolvimento das complexidades capitalistas, a juventude se tornou o que consideraram como “agente para o desenvolvimento”, pois representaria o “futuro do trabalho” (AQUINO, 2009). E portanto, a concepção de direitos voltados à juventude emblematicamente está sempre atrelado às lógicas que centralizam as questões de emprego e desemprego, uma visão centrada no modelo de produção capitalista.

Dito isto é que se compreende que a questão de garantia de direitos para a juventude perpassa por processos de contradição e tem como marco histórico a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei N° 12.852 de Agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude. O processo de redemocratização acompanhou também um avanço crítico e social que incluiu estes segmentos populacionais como prioritários na garantia dos direitos. O enfrentamento da violação dos direitos das crianças, adolescentes e jovens compete ao

enfrentamento da realidade social composta pelas relações inscritas na colonialidade⁵, e que na ascensão do capitalismo se expressam com outras complexidades, principalmente na experiência das relações sociais brasileiras.

O estatuto legal traz em seu bojo uma nova concepção de direitos que incide fortemente sobre conservadoras formas e conteúdos de conceber jurídica, institucional e socialmente crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Sob esse ponto de vista, as lutas sociais em torno dos direitos da infância e da adolescência ofereceram caminhos novos para a constituição de uma imagem positiva em torno de ações destinadas a esses segmentos (SPOSITO e CARRANO, 2003, p,20).

Assim, entende-se que o caminho de positivação da identidade das juventudes se constrói dialeticamente, na medida em que o conservadorismo, as práticas de relação de poder e extermínio são instituídas como objetos de enfrentamento e que competem às lutas sociais o tensionamento dessas correntes sociais conservadoras que ainda integram grande parte do ilusório social brasileiro.

Análise de Dados e Apresentação das Ações de Promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva

A pesquisa virtual realizada via Google Forms contou com 29 participantes com o recorte de faixa etária dos 18 aos 29 anos. Quanto à raça/cor das/dos participantes observa-se a maioria se declaram como negros (pretos e pardos), dentre estes 17 pessoas se autodeclaram pretas, 6 pardas e 7 delas se declaram como brancas. O que nos leva a refletir sobre o protagonismo da juventude negra nos processos de transformação social e cultural brasileira. Bem como, considerar os marcos históricos para o reconhecimento do racismo enquanto um fator determinante social, alguns destes: a Conferência de Durban, realizada em 2001 e a instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) - que institui o enfrentamento do racismo no âmbito institucional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Acerca do perfil de gênero, temos 21 mulheres cis e 8 homens cis. Quanto à orientação sexual, 11 pessoas se declaram heterossexuais, 4 homossexuais e 14 bissexuais. Neste dado é possível apontar o binarismo ainda como uma forma de acesso e determinação social, a ausência de pessoas não binárias e transsexuais/travestis se coloca como um fator estruturante socialmente. Entretanto, as considerações do movimento LGBTQIA+ possui um histórico de atuação insurgente na luta pelos direitos, principalmente a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos. Devido ao preconceito, conservadorismo e tabus sociais atribuídos a sexualidade é que se entende a dimensão dos enfrentamentos para a consolidação destes direitos voltados a

⁵Categoria discutida por Paul Gilroy, em sua obra *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência* (2012), para delimitar as noções do reflexo da herança colonialista nas relações sociais capitalistas, estas que definem as relações sociais inscritas na contemporaneidade como moldes modernos das relações de poder coloniais.

este segmento populacional enquanto processos de enfrentamento da questão social, sendo esta participação ativa e insurgente.

Além de citar também as especificidades desta população, determinadas pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), instituída em 1º de Dezembro de 2011 pela Portaria n.º 2.836, resultado de mobilizações nacionais e internacionais que subsidiam conquistas fundamentais para o movimento LGBTQIA+. Menciona-se também a 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2008, esta inclui a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais de saúde. No cenário internacional cita-se os princípios de Yogyakarta (2006) como um marco histórico. Pois o mesmo direciona “princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. (Princípios de Yogyakarta, 2007).

Especificamente no Princípio 17: Direito ao Padrão mais alto alcançável de Saúde:

b) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para garantir que todas as pessoas tenham acesso às instalações, bens e serviços de atendimento à saúde, inclusive à saúde sexual e reprodutiva, e acesso a seu próprio histórico médico, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero; e; f) Garantir que todos os programas e serviços de saúde sexual e reprodutiva, educação, prevenção, atendimento e tratamento respeitem a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, estando igualmente disponíveis para todas as pessoas, sem discriminação; (YOGIAKARTA, 2007).

A pesquisa também aponta as diferentes regiões brasileiras, sendo considerada uma coleta de dados no âmbito da representatividade regional, defendendo que as regionalidades brasileiras carregam especificidades quanto à cultura, condições e qualidade de vida e que destarte, devem ser consideradas a partir das suas especificidades. Assim, 12 participantes se declaram residentes da região Nordeste, 1 da região Sul, 4 da região Sudeste e 12 do Centro-Oeste. A região Norte não foi apontada por nenhum dos participantes como residência. Considerando as regionalidades e atuação nacional dos jovens participantes é que se menciona também os coletivos, organizações e movimentos sociais dos quais os mesmos compõem e realizam as ações de promoção dos direitos, em específico, os direitos de saúde sexual e reprodutiva.

Quando perguntados sobre as ações realizadas durante a pandemia obtém-se uma riqueza de respostas e para analisá-las definiu-se duas categorias distintas que competem a Promoção e Prevenção da Saúde Sexual e Reprodutiva, são estas: a. Ações de Tecnologia, Inovação e Criatividade e b. Ações de fortalecimento das Políticas Públicas.

Quadro 1 - Sistematização de Ações Protagonizadas durante a Pandemia

INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E TECNOLOGIA	POLÍTICAS PÚBLICAS (PROGRAMAS E AÇÕES)
Podcast sobre violência obstétrica com mulheres negras	Roda de Conversa com população em situação de rua a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos; distribuição de kit higiene e cuidados menstruais; campanha Outubro Rosa e Prevenção do Cancer de Mama e Utero;
Sim, palestra com transmissão on-line no mês de campanha sobre infecções sexualmente transmissíveis.	Ações com homens em situação de rua , com idades entre 18 e 59 anos, em situação de acolhimento institucional. Nessas ações, o foco era a promoção da saúde por meio do acesso à informação, por meio da socialização dos pilares da promoção da saúde, a importância da saúde sexual e reprodutiva para o público masculino, direitos em saúde, os serviços disponíveis na rede de saúde pública e acesso à testagem para ISTs. As ações foram realizadas por meio de cine debates, rodas de conversa, visitas do consultório na rua.
Bom, algumas ações foi seminários, lives e diálogos sobre a temática , com intuito de desmistificar tal situação.	Mentoria para a Roda das Vivencialidades pelo CEÇA - Laboratório Colaborativo (2021) A Roda das Vivencialidades surgiu do projeto Roda das Juventudes Já - UNFPA, ela conta com cinco jovens de diversos lugares do Brasil que têm como desafio o desenvolvimento de um perfil no Instagram para tratar de educação sexual e reprodutiva. Nessa caminhada, fui uma das mentoras do grupo, propondo reflexões sobre Educomunicação e o Instagram, produção de conteúdo e possíveis temáticas. Consultora Individual para o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA (2021) Desenvolvimento e facilitação de uma oficina com foco em educação sexual e reprodutiva, sexualidade e adolescência para a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez não-intencional na Adolescência , em Brasília. Planejamento, tutoria e escrita de relatórios.
Co-criei o Impulsiona Jovem, um projeto que visa desconstruir masculinidades tóxicas e construir novas possibilidades para combater a violência de gênero	Sim, pesquisa sobre os impactos da pandemia nos DSR na América Latina
Estou em processo de construção, junto com a Impulsiona Jovem, de um jogo de tabuleiro , para trabalhar com jovens, de forma lúdica, a aniquilação das violências (que dentre elas pode ser pautada o não acesso ao direito citado acima)	Conversas com amigos e parceiros sexuais
A elaboração do jogo impulsiona jovem que debate questões relacionadas a machismo, violências de gênero e educação sexual e reprodutiva com o enfoque nas masculinidades para jovens estudantes de escolas públicas.	Plenárias da Frente Nacional pela Legalização do Aborto , ação contra os fundamentalistas em frente ao CISAM (caso da menina de dez anos estuprada pelo tio), Festival pela Vida das Mulheres e Pessoas com Útero
Live da ONG EducVida em parceria com a Esbrash sobre sexualidade dos Jovens em tempos de Covid-19	Lives discutindo a temática no âmbito governamental, através das Políticas referentes à Diversidade.

Quando perguntado “Você acha que as ações protagonizadas pela juventude contribuem com a promoção da saúde sexual e reprodutiva no contexto do isolamento social?”, 25 participantes assinalam “Sim”, 1 assinala “Não” e 3 assinalam “Talvez”.

Quando perguntado “De que forma as ações protagonizadas pela juventude contribuem com a promoção da saúde sexual e reprodutiva no contexto do isolamento social?” obtemos respostas como:

Jovem 1 - “Tendo a juventude como protagonista é possível identificar de maneira mais eficiente quais são suas demandas e vontades, é possível pensar na atualidade e assim agir de maneira efetiva com políticas públicas para o agora”

Observa-se que o cenário do protagonismo da juventude é identificado por eles mesmos enquanto um processo político capaz de inferir na instancia de tomada de decisões, os espaços de organização possibilitam estratégias que impactam e qualificam políticas públicas, afirmando a capacidade de potencia que carrega a participação social e política dos sujeitos, nas respostas da sociedade civil e do Estado a questão social. Segundo o Mapa da Violência (2017), entre os anos de 2005 a 2015, foram mais de 318 mil jovens vítimas de morte por armas de fogo e, destes, 70% são jovens pretos e pardos, com idade entre 15 e 29 anos. Assim, a cada 100 pessoas mortas, 71 são jovens negros, com 23% a mais de chances de ser assassinados. A desproteção estatal tem sido o fator primordial para discutir dados de mortalidade da juventude negra, condicionando os mesmos às atrocidades das violações de direitos.

Jovem 2 - “No campo da saúde, essas ações podem servir como ferramenta de aproximação entre a comunidade e o serviço de saúde, considerando que uma importante parcela da população, em especial aquela vulnerabilizada, não tem conhecimento sobre seus direitos sexuais e reprodutivos”

A abrangência da atuação também entende a necessidade de articulação com o território, bem como, o processo de promoção dos direitos em saúde voltados para as populações vulneráveis que se encontram como as que mais sofrem com a desigualdade e a falta ou desqualificação de informações acerca dos cuidados em saúde e proteção.

Jovem 3 - “As juventudes possuem um enorme potencial de mudanças para sanar as problemáticas das comunidades com desenvolvimento de soluções eficazes. Acredito que as articulações em redes de juventudes, entre coletivos, organizações públicas e privadas, possuem uma maior eficácia de desenvolvimento de ações conjuntas”

Identifica-se a necessidade e a potencia da articulação em rede para construir estratégias e possibilidades mediante a atuação da juventude nos territórios, posicionando a complexidade da atuação em rede para promover mudanças que possuam impacto sistêmico, comunitário e social. Desta forma, compreender que o movimento social de juventude enxerga a articulação

em rede como um instrumento de qualificação e ampliação das pautas levantadas politicamente.

Jovem 4 - “O diálogo de jovens para jovens possui uma potência muito grandiosa. Quando um jovem fala com outro sobre medidas protetivas, e de autocuidado automaticamente ele se torna um agente promotor da saúde.”

Jovem 5 - “Entendo que a juventude tem um papel essencial na propagação de informações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. O engajamento da juventude com esse tema contribui para a disseminação de informações, criação de materiais didáticos, fortalecimento de espaços formativos e atuação dentro da comunidade”

Faz-se fundamental mencionar a Educação entre os Pares como uma metodologia capaz de promover a escuta e aprendizado através da troca de saberes, bem como, observar o quanto este espaço de fala – de um jovem para outro, constrói possibilidades fundamentais no que compete a educação em saúde, considerando também o resultado dessa troca de saberes como um processo educativo realizado a partir da linguagem da própria juventude e a discussão de suas demandas políticas e sociais.

Surgiram também outras questões como: “reduzir infecções”; “Rodas de conversa, espaços de construção e troca de experiências, projetos de incentivo, participação em espaços públicos”; “Contribuem para o acesso à informação, combatendo fake News ou informações falsas, conscientizando e transformando a juventude”.

CONCLUSÃO

As injustiças e desigualdades geradas a partir do processo de colonização e subalternização dos corpos produziram marcas que explicam as condições de vida da população jovem e refletem no quadro de iniquidades que atravessam a sociedade brasileira, tornando este segmento populacional vulnerável às violações de direitos humanos e aos fenômenos advindos da desproteção de ordem social.

Os desafios são muitos e a realidade é bastante contraditória no que diz respeito à promoção dos direitos das juventudes, os mesmos possuem como base as legislações determinadas para a proteção e promoção de direitos. Sendo estes instrumentos legais inclusive, um objeto muito distante da execução cotidiana. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, não se coloca como um conteúdo programático no processo de educação e formação de professores e outros profissionais que atuam com esta faixa etária.

Desta forma, entende-se que tratar essa realidade através do recorte de jovens e é observar a concretude das relações sociais violentas que incidem na expectativa de vida da população entre “a infância e fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento

e desenvolvimento biopsicossocial” (BRASIL, 2005). Desnaturalizar portanto, essa vulnerabilização sistêmica a qual estão destinadas os jovens brasileiros, é compreender de que forma essas trajetórias são vitimadas pela violência nos âmbitos de atuação das relações de poder do Estado e também de que maneira os mesmos se organizam para inferir nos processos de tomadas de decisão que competem aos seus direitos.

Faz-se necessário afirmar o quanto a inserção dos jovens deve ser vista através dos aspectos interseccionais, que delimitam sua existência e trajetória, sobrepostos pela vivência cotidiana das relações socialmente estabelecidas pelo machismo, racismo, heteronormatividade e outras estruturas sociais, como a classe e tradições culturais. As juventudes organizadas que aqui se colocam como público alvo, convivem com as violências da sociedade cotidianamente e buscam respostas para enfrenta-las. O espaço de organização das juventudes em movimentos sociais se apresenta como potencial de proteção, e para isso, os apontamentos de potencial opressão serão levantados, como forma de identificar, questionar e não reproduzir ou sobretudo, permitir uma lógica que não seja gerada pela justiça social. Através de metodologias e noções de criatividade que competem as juventudes e sobretudo, geram impactos nos espaços organizacionais e comunitários nos quais são inseridos.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H.G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 2, p. 61-69, jul. 1992.

AQUINO; Luseni. Juventude e políticas sociais no Brasil / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni C. De Aquino, Cara Coleho de Andrade - Introdução - p.23-40, Brasília: Ipea, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006 : dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília, 2006.

COLOMBO, A. A.; BERBEL, N. A. N. A Metodologia da Problematização com o Arco de Magueréz e sua relação com os saberes de professores. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, jul./dez. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas de saúde para adolescentes mulheres: uma visão feminista. In: Interacções. Vol. 9 n.o 25 (2013): NÚMERO ESPECIAL - Adolescência, Género e Violências. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.25755/int.2852>.

Impacto de COVID-19 em organizações da sociedade civil lideradas por mulheres e pessoas trans no Brasil [livro eletrônico] : ativismo e pandemia /ELAS+ Doar para Transformar; [coordenação K. K. Verdade, Amália Fischer]. -- Rio de Janeiro : Elas+ Doar para Transformar, 2021.

IPEA. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas / organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho. – Brasília : Ipea, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo, Egito, 5 a 13 de set, 1994.

PEREIRA. A.P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. Revista Temporalis nº 3, 2001 abepss

RIBEIRO, Eliane e MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil Conquistas e desafios. Revista de Ciencias Sociales, DS-FCS, vol. 31, n.o 42, enero-junio 2018, pp. 107-126

SOUZA, Elizabete C. F. Grupos Focais. In: SOUZA, Evânia L. et al. Metodologia da pesquisa: aplicabilidade em trabalhos científicos na área da saúde. Natal: EDUFRN, 2017. p. 144-157

Anexo 1.

Mapeamento de Organizações de juventudes definidas por regiões brasileiras.

